

RECURSO ESPECIAL Nº 1.354.375 - SP (2012/0232815-2)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : MARCO ANTONIO PORTES DA SILVA
ADVOGADO : MARCO AURÉLIO RAMOS PARRILHA - SP182508
RECORRIDO : CELSO TONDI
ADVOGADO : FERNANDO BENEDITO MARTINS FERRAZ - SP206722

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por MARCO ANTONIO PORTES DA SILVA com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO - OBJEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE ART. 252, DO REGIMENTO INTERNO DO E. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO. Em consonância ao princípio constitucional da razoável duração do processo, previsto no art. 5º, inc. LXXVIII, da Carta da República, de rigor a ratificação dos fundamentos da r. decisão recorrida. Precedentes deste Tribunal de Justiça e do Superior Tribunal de Justiça. DECISÃO MANTIDA - RECURSO IMPROVIDO." (e-STJ, fl. 137)

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados. (e-STJ, fls. 151/155).

Em suas razões recursais, a recorrente aponta violação aos arts. 535 do Código de Processo Civil/73; 189, 206, 476 e 889 do Código Civil. Sustenta, em síntese, a) nulidade do v. acórdão, porquanto o eg. Tribunal local teria permanecido omissos *"sobre a matéria levantada pelo Recorrente, notadamente acerca da prescrição e seu início"* (e-STJ, fl. 164); b) *"o acordo judicial é claro que o primeiro projeto deveria ter sido entregue em agosto de 2005, portanto, é a partir desta data que deve ser contado o prazo prescricional e não apenas do vencimento do último projeto (2010), como entendeu o V. Aresto guerreado"* (e-STJ, fl. 167) c) *"pleito postulado refere-se a crédito ocorrido há mais de 06 (seis) anos, cuja paralisação ocorreu por culpa única e exclusiva do Recorrido, portanto, os pedidos estão completamente fulminados pela ocorrência da Prescrição intercorrente"* (e-STJ, fl. 167); e d) *"não parece factível fazer prova de que não houve o recebimento dos subsídios, pelo contrário, em nosso ordenamento ninguém prova que não recebeu - prova negativa - havendo discussão*

Superior Tribunal de Justiça

judicial e alegação de não recebimento competente a parte provar que efetivamente cumpriu com sua obrigação e fez a entrega, mediante recibo de entrega ou qualquer outra prova válida" (e-STJ, fl. 170).

Contrarrazões apresentadas às fls. 178/184, e-STJ.

É o relatório. Decido.

Cumpre salientar que o presente recurso será examinado à luz do Enunciado 2 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça"*.

Nas razões recursais, a recorrente alega que o acórdão recorrido incorreu em evidente afronta ao 535 do CPC ao omitir-se *"sobre a matéria levantada pelo Recorrente, notadamente acerca da prescrição e seu início"* (e-STJ, fl. 164). Por sua vez, o Tribunal de origem, manifestou-se nos seguintes termos:

Destarte, adoto e ratifico os seguintes fundamentos da r. decisão, de acordo com o art. 252, do Regimento Interno deste E. Tribunal de Justiça:

"Trata-se de objeção de pré-executividade formulada pelo executado, alegando, em síntese, prescrição intercorrente e que o exequente nunca forneceu os elementos necessários à elaboração dos projetos, sequer indicou onde se localizavam os imóveis. Requereu, ao, final, a extinção da execução.

O exequente apresentou manifestação às fls. 153/156 em que impugnou a pretensão do executado.

É o relatório.

Decido.

Embora não exista previsão legal regulamentando "exceção de preexecutividade" ou "objeção de pré-executividade", sendo esta última a

nomenclatura de melhor técnica processual, é pacífico, em nosso sistema

jurídico, a admissibilidade desta objeção.

Ocorre que, é preciso compreender seus fundamentos e objetos. Trata-se de uma forma de defesa que pode ser apresentada nos próprios autos da execução por meio de uma simples petição e, portanto, antes da oposição dos embargos. A objeção de

pré-executividade evita que o executado passe pelo constrangimento de ser submetido a uma constrição judicial ilegal, fundamentada em uma execução de um título nulo ou quitado. As matérias alegadas nas referidas objeções são de ordem pública, não sujeitas às regras de preclusão, ou aquelas que não necessitam de dilação probatória. Logo, não se admite que seja instaurado o contraditório e fase instrutória nos autos da ação de execução por meio das objeções de preexecutividade. No entanto, havendo a necessidade de instrução probatória, esta não pode ser feita no bojo da execução, sendo as partes remetidas à via própria da impugnação. Não há como acolher a alegação de prescrição intercorrente. A sentença de fls. 73 estabeleceu uma obrigação de fazer para o executado consistente na entrega de cinco projetos de arquitetura a partir de agosto de 2005. O prazo para a satisfação da obrigação era de cinco anos, nos termos do item “e” do acordo homologado. Com efeito, o executado teve até agosto de 2010 para entregar os projetos indicados no título judicial. É incontroverso que o executado não cumpriu com sua obrigação. O termo inicial para contagem da prescrição intercorrente é a data do inadimplemento que, na hipótese dos autos, ocorreu em agosto de 2010, conforme acima fundamentado. O exeqüente não estava autorizado a exigir o cumprimento da obrigação antes daquela data, tendo em vista que o prazo estabelecido na sentença ainda não havia decorrido. Por conseguinte, os autos não ficaram parados aguardando qualquer providência do exeqüente, mas sim do executado. A presente execução teve início em março de 2011. Pela mera comparação de datas, não há o que se falar em prescrição intercorrente. No mais, de plano, não há como acolher a alegação do executado de que o exeqüente nunca forneceu os elementos necessários à elaboração dos projetos, sequer indicou onde se localizavam os imóveis. Isso porque não há nenhum indício probatório destas afirmações. Estas alegações constituem matéria de impugnação, já que devem ser comprovadas, o que exige respeito ao contraditório e à ampla defesa. Às partes deve ser concedido o direito de produzirem a prova que entenderem necessárias para sustentar suas alegações. Contudo, estas provas somente podem ser produzidas em impugnação.” (Grifei)
Dizer mais seria acrescer folhas...
Ante o exposto, nego provimento ao recurso.” (e-STJ, fls. 139/141)

Nesse toar, rejeita-se a alegada violação ao art. 535 do CPC/73, uma vez que o eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP) analisou os pontos essenciais

ao deslinde da controvérsia, dando-lhes robusta e devida fundamentação. Como já dito, a uníssona jurisprudência deste eg. Tribunal é no sentido de que o magistrado não está obrigado a responder a todos os argumentos apresentados, desde que aprecie a lide em sua inteireza, com suficiente fundamentação.

A propósito:

"AGRAVO INTERNO EM AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO MONITÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DOS RÉUS-EMBARGANTES.

(...)

2. A Corte de origem dirimiu a matéria submetida à sua apreciação, manifestando-se expressamente acerca dos temas necessários à integral solução da lide. Dessa forma, à míngua de qualquer omissão, contradição ou obscuridade no aresto recorrido, não se verifica a ofensa ao artigo 535 do Código de Processo Civil de 1973.

(...)

6. Agravo interno desprovido."

(AgInt no AREsp 362.110/RJ, Rel. **Ministro MARCO BUZZI**, QUARTA TURMA, julgado em 16/03/2017, DJe de 23/03/2017 - grifou-se)

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. APRECIÇÃO DE TODAS AS QUESTÕES RELEVANTES DA LIDE PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE AFRONTA AO ART. 535 DO CPC/1973 (CORRESPONDENTE AO ART. 1.022 DO CPC/2015). DECISÃO MANTIDA.

1. Inexiste afronta ao art. 535 do CPC/1973, correspondente ao art.1.022 do CPC/2015, quando a Corte local pronunciou-se, de forma clara e suficiente, acerca das questões suscitadas nos autos, manifestando-se sobre todos os argumentos que, em tese, poderiam infirmar a conclusão adotada pelo Juízo.

2. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no AREsp 988.556/MS, Rel. **Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**, QUARTA TURMA, julgado em 09/03/2017, DJe de 17/03/2017 - grifou-se)

Outrossim, é indevido conjecturar-se a existência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado apenas porque decidido em desconformidade com os interesses da parte. No mesmo sentido, podem ser mencionados os seguintes julgados: AgRg no REsp

1.170.313/RS, Rel. Min. LAURITA VAZ, DJe de 12/4/2010; REsp 494.372/MG, Rel. Min. ALDIR PASSARINHO JUNIOR, DJe de 29/3/2010; AgRg nos EDcl no AgRg no REsp 996.222/RS, Rel. Min. CELSO LIMONGI (Desembargador convocado do TJ/SP), DJe de 3/11/2009.

Ademais, concluir de forma diametralmente oposta, como pretende o recorrente em suas razões recursais, no sentido de que *"o acordo judicial é claro que o primeiro projeto deveria ter sido entregue em agosto de 2005, portanto, é a partir desta data que deve ser contado o prazo prescricional e não apenas do vencimento do último projeto (2010), como entendeu o V. Aresto guerreado"*, no caso em voga, demandaria o revolvimento de suporte fático-probatório dos autos, o que é inviável em sede de recurso especial, a teor do que dispõe as Súmulas 5 e 7 deste Pretório.

Avançando, no que tange à alegação de que o exequente nunca forneceu os elementos necessários à elaboração dos projetos, a Corte de origem manifestou-se nos seguintes termos:

"Destarte, adoto e ratifico os seguintes fundamentos da r. decisão, de acordo com o art. 252, do Regimento Interno deste E. Tribunal de Justiça: (...)

No mais, de plano, não há como acolher a alegação do executado de que o exequente nunca forneceu os elementos necessários à elaboração dos projetos, sequer indicou onde se localizavam os imóveis. Isso porque não há nenhum indício probatório destas afirmações. Estas alegações constituem matéria de impugnação, já que devem ser comprovadas, o que exige respeito ao contraditório e à ampla defesa. Às partes deve ser concedido o direito de produzirem a prova que entenderem necessárias para sustentar suas alegações. Contudo, estas provas somente podem ser produzidas em impugnação." (Grifei)

Dizer mais seria acrescer folhas...

Ante o exposto, nego provimento ao recurso." (e-STJ, fls. 139/141)

Por sua vez, da leitura das razões postas no apelo nobre, verifica-se que a ora recorrente deixou de refutar o fundamento ora transcrito. Nesse cenário, tem-se que o apelo nobre esbarra na Súmula n. 283/STF, pois não impugnou fundamento autônomo e suficiente para manter, por si só, o v. acórdão estadual nessa parte. Nessa linha de inteligência, destacam-se os seguintes julgados:

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PERSONALIDADE JURÍDICA. DESCONSIDERAÇÃO. CITAÇÃO. NULIDADE. PRIMEIRO RÉU. CITAÇÃO POR EDITAL. LOCAL INCERTO. REEXAME. SÚMULA N. 7/STJ. SEGUNDO RÉU. COMPARECIMENTO ESPONTÂNEO. IMPUGNAÇÃO. SÚMULA N. 283/STF. FRAUDE CARACTERIZADA. INTENÇÃO DE NÃO PAGAR CREDORES. IMPUGNAÇÃO. ARTIGO 1.021, § 1º, DO CPC. SÚMULA N. 182/STJ. NÃO CONHECIMENTO.

1. A ausência de impugnação a fundamento bastante do acórdão estadual atrai o óbice de que trata o enunciado n. 283 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

(...)

4. Agravo interno não conhecido."

(AgInt no REsp 1574437/MG, Rel. **Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 19/10/2017, DJe 27/10/2017 - grifou-se)

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REAVALIAÇÃO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA N. 283 DO STF. DECISÃO MANTIDA.

(...)

3. O recurso especial que não impugna fundamento do acórdão recorrido suficiente para mantê-lo não deve ser admitido, a teor da Súmula n. 283/STF.

(...)

6. Agravo interno a que se nega provimento, com majoração de honorários sucumbenciais."

(AgInt no AREsp 1034507/SP, Rel. **Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**, QUARTA TURMA, julgado em 29/08/2017, DJe 05/09/2017 - grifou-se)

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 21 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator